Nº de Inscrição: 444/2005

INTERVENÇÃO ESTRUTURAL EM ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL - PLANO GLOBAL ESPECÍFICO

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no período de 1993 a 1996, com a determinação de assumir os desafios apresentados na área habitacional, refletidos na falta de condições de saneamento e infra-estrutura urbana nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais, com crescente déficit de moradia, implantou o Sistema Municipal de Habitação, composto pelo Fundo Municipal de Habitação, pelo Conselho Municipal de Habitação e pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, originalmente o órgão gestor e operador do Sistema.

O Plano Global Específico, instrumento de planejamento urbano integrado para as vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social, está inserido na legislação urbanística do Município, com o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, instituído em 1996, estabelecendo-se como principal diretriz da política habitacional, com a elaboração de planos urbanísticos, visando a recuperação física, social e ambiental, a regularização fundiária e a integração à malha urbana, das áreas sujeitas a programas habitacionais destinados à população de baixa renda.

Seguindo estas premissas, as seguintes metas são estabelecidas: 1.indicar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nas áreas indicadas, integrando-as física e socialmente à cidade formal; 2. nortear as ações integradas entre o Poder Público e as comunidades organizadas, transformando em Diretrizes da Política Municipal de Habitação; 3. Possibilitar a transformação de cada núcleo em lugar adequado para moradia; 4. estabelece ordens de prioridade para execução das ações e obras; 5. Otimizar a utilização de recursos públicos através do Orçamento Participativo e outras fontes de captação de recursos.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

O PGE é um estudo aprofundado da realidade das vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social de Belo Horizonte, seguindo o conceito de intervenções estruturais, que consiste em promover transformações profundas num determinado núcleo habitacional, constituindo em consolidações geotécnicas, na implantação de sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de melhorias habitacionais e reparcelamento do solo, além da regularização fundiária até o nível de titulação.

Baseia-se em três linhas de ações: recuperação urbanístico-ambiental; regularização fundiária; e desenvolvimento sócio-organizativo, a partir da abordagem integrada dos eixos físico, jurídico e sócio-economico, com a participação articulada e integrada de uma equipe técnica multidisciplinar e a participação dos moradores durante todo o seu desenvolvimento. Suas etapas de desenvolvimento, consistem no levantamento de dados referente à situação jurídico-legal, sócio-organizativa e físico-ambiental da área; na elaboração de um diagnóstico integrado dos aspectos cujos dados foram levantados; na elaboração de uma proposta integrada de intervenção social, física e de regularização fundiária; na definição de um cronograma de implantação das atividades com priorização das intervenções e estimativa de custos; e, por fim, na definição de diretrizes para o parcelamento, uso e ocupação do solo.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

O PGE – Plano Global Específico como instrumento de planejamento e seguindo a ótica da Intervenção Estrutural transforma-se na principal diretriz da Política Municipal da Habitação, no que concerne à atuação em assentamentos existentes. Desta forma, o PGE passa a ser um pré-requisito para a conquista de recursos nos Orçamentos Participativos do Município de Belo Horizonte criando uma base de referência no contexto de uma política de investimentos progressivos, visando a consolidação definitiva dos núcleos e a superação das fases de intervenções pontuais desarticuladas.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

O público alvo do Programa é cada comunidade envolvida na elaboração do PGE, assim como as comunidades diretamente beneficiadas, que são às das vilas, favelas e conjuntos habitacionais de BH, na sua totalidade. A população moradora dessas áreas correspondem a aproximadamente 500.000 pessoas, distribuídas em cerca de 190 área, sendo basicamente caracterizada, por sexo, na proporção de 49% de homens e 51% de mulheres.

A elaboração do PGE é hoje pré-requisito para a realização de intervenções nessas áreas, sendo necessária a mobilização da comunidade para conquista de recursos para sua elaboração nas assembléias do Orçamento Participativo. Isso significou que as comunidades que quisessem participar do OP tinham que se organizar para, primeiramente, conquistar recursos para a elaboração do PGE e, posteriormente, se mobilizar novamente buscando recursos para a implantação das intervenções previstas no Plano.

Iniciada a elaboração do PGE a comunidade entra no processo, mantendo-se informada de todas as atividades realizadas, assim como participando da fiscalização e laboração do plano em todas as suas etapas. Para tanto, utiliza-se a metodologia do Grupo de Referência — GR que consiste na formação de um grupo de voluntários de uma comunidade que tem a incumbência de representá-la nas decisões acerca do plano, além de servir de ponte de informação e reivindicação entre a comunidade e o poder público. Esses voluntários não tem um número máximo ou mínimo, mas devem ser pessoas que tenham interesse em desenvolver o papel de representante comunitário e multiplicador de informações, sendo que para isso são capacitados antes de iniciadas as atividades do plano, efetivamente.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; de fontes privadas, de ONG, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

A fonte de recurso para elaboração do Plano é exclusivamente o Tesouro Municipal, através da destinação de parte de seu orçamento no Fundo Municipal de Habitação Popular – FMHP. O fundo recebe cerca de R\$72.701.039,00 (setenta e dois milhões, setecentos e um mil e trinta e nove reais, correspondente a 2,86% da receita orçamentaria total do Município.

O gasto orçamentário anual do Programa, tendo como base o exercício de 2005, é da ordem de *R\$2.078.198,00* (dois milhões, setenta e oito mil e cento e noventa e oito reais), que corresponde a 2,7% do recurso do FMHP.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

A equipe técnica da Cia Urbanizadora de Belo Horizonte responsável pela fiscalização e coordenação do PGE é composta por treze pessoas, sem contar os estagiários. São dez técnicos (cinco mulheres e cinco homens) que integram uma equipe multidisciplinar (Engenharia, Arquitetura, Geologia, Social e Jurídico), além do supervisor, da chefe de divisão e da diretora aos quais a equipe técnica está subordinada.

Como são elaborados vários planos ao mesmo tempo não sendo possível sua realização pela equipe interna da URBEL, é contratada uma empresa especifica para a elaboração dos PGE, que conta com equipe multidisciplinar composta por arquitetos urbanistas, engenheiros (especialistas nas áreas de saneamento, geotecnia, orçamento e custos), geólogos técnicos sociais (assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, demógrafos) e técnicos de nível médio. Entretanto, o dimensionamento desta equipe técnica é relativa e correspondente à demanda do Plano a ser elaborado.

Durante o desenvolvimento do Plano, vários órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte também participam na definição de diretrizes para subsidiar a elaboração das propostas de intervenção numa determinada área (transporte e trânsito; drenagem urbana; limpeza urbana; educação, saúde e assistência social; abastecimento de água e esgotamento sanitário; entre outros).

Pela própria metodologia a que submetido o PGE, todas as suas etapas, desde a concepção até sua realização, precisam de um significativo número de profissionais e distintos setores da administração pública trabalhando cooperativamente e de forma articulada, garantindo maior eficácia na implementação de políticas públicas e nos futuros investimentos empregados.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

Como instrumento de planejamento da Intervenção Estrutural o PGE é elaborado por uma empresa de consultoria contrata, fiscalizado pela equipe técnica da URBEL e a participação dos órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ligados à política urbana e as políticas sociais.

Aliado a isso, vários outros atores participaram do processo, como ONG atuantes na área de estudo, entidades educacionais, entre outras.

Todas as organização, tanto públicas como privadas, atuam conjuntamente nas etapas do Plano, sendo na disponibilização de dados sobre a área de intervenção como na definição de diretrizes para a elaboração das intervenções propostas, sendo um instrumento de planejamento indispensável para o processo de tomada de decisão pelo poder público.

Após sua conclusão, na captação de recursos, o PGE é indicador das propostas de intervenção, tanto na esfera municipal, priorizada e orçada de forma participativa, quanto na busca de recursos financeiros nacionais e internacionais. Algumas parcerias foram asseguradas, como: Governo Federal, Ministério das Cidades, Banco Mundial — BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Social — BNDES.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

A participação da comunidade é intensa, através das associação de moradores local, grupos comunitários formais e informais das áreas específicas e grupos organizados das áreas de influência. Para acompanhamento de todo o processo de elaboração e gestão do Plano (concepção, elaboração e execução das melhorias no loca de moradia), é criado o Grupo de Referência – GR, prevista em Lei Municipal nº 8137/2000, que possui atribuições específicas, tais como: acompanhar a elaboração e a execução do Plano Global Específico em questão, em todas as etapas; acompanhar as ações públicas ou privadas na área; acompanhar as aplicações dos recursos orçamentários e financeiros; e atuar como interlocutor entre comunidade e poder público, assim como agente multiplicador as informações ao longo do processo.

O processo de participação da comunidade inicia-se com reuniões preparatórias com toda a comunidade onde são introduzidos os objetivos do trabalho social e o conceito do GR. Depois de assimilados os temas pela comunidade são solicitados voluntários para formar o GR, só então inicia-se o processo de capacitação dos integrantes.

Formado o GR e capacitados seus integrantes, o desenvolvimento do Plano é iniciado com a comunidade nas reuniões onde, primeiramente, é construído o planejamento das ações junto à equipe técnica e onde são coletados os dados, e discutidas e elaboradas as propostas de intervenção. A participação da comunidade é direta e nas reuniões pretende-se ouvir e qualificar a população, propiciando o desenvolvimento comunitário.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is)?

As origens do PGE remontam aos anos oitenta, ao Programa Profavela da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quando torna-se possível a intervenção do poder público, dos agentes do terceiro setor e da cooperação internacional, conjuntamente, fazendo surgir as primeiras intervenções dentro de um marco de legalidade definido pela própria lei do Profavela e com diretrizes de preservação fisico-territorial e social e de regularização fundiária dentro dos assentamentos informais.

Nesse sentido, foi formalizado um Convênio de Convênio de Cooperação Técnica Internacional entre o Governo Brasileiro, com a participação da Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo Italiano/AVSI - Associação de Voluntários para o Serviço Internacional, dentro de um programa de cooperação internacional conhecido como Programa Alvorada.

O programa Alvorada, então, tornou-se um projeto piloto para testar, adequar e melhorar a nova metodologia de intervenção em vilas e favelas.

Com a experiência piloto do Programa Alvorada, implementado em Belo Horizonte entre 1994 e 2000, foi desenvolvido o Plano Global Específico – PGE, com o objetivo de desenvolver as ações integradas para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda.

Com a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte - LPOUS de 1996, foi estabelecida a obrigatoriedade de elaboração do Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenção em Vilas e Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social chamado "Planão" como indicativo de ações à recuperação socio-urbanística-jurídica de todas as áreas definidas como vilas, favelas e conjuntos habitacionais no Município. A partir da

definição das diretrizes macro de intervenção foram elaborados planos urbanísticos específicos para cada vila, os chamados PGE, oficialmente instituídos na primeira revisão da LPOUS de 2000.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

O PGE tem balizado as intervenções de recuperação urbanística, jurídica e social em áreas de interesse social do município, de forma organizada e racionalizando a aplicação de recursos. Desta forma são elaborados estudos de viabilidade das intervenções urbanísticas, analisando-se a relação custo/benefício que cada ação implica sobre o assentamento, para depois elaborar as propostas de intervenção integradas. A partir daí, realiza-se a estimativa de custos e a hierarquização do conjunto de intervenções planejadas.

Contrariando as intervenções urbanísticas do poder público municipal em áreas favelizadas (população residente nestas áreas é de baixo poder aquisitivo) na década de 90, o PGE define as intervenções necessária à completa estruturação da área a partir da correlação das soluções apontadas e da definição das etapas de sua execução, garantindo que as ações sejam efetivadas de forma integrada e otimizando os recursos investidos.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

O principal problema é o descrédito da população ao ouvir de outras comunidades que o que foi planejado não se realiza com a velocidade demandada: a falta de recursos para a execução do PGE causa frustração, principalmente quando se levanta tanta expectativa nas comunidades. O débito social com estas populações alcança milhões de reais e vem de muitas décadas. A vontade da população e a necessidade (comprovada tecnicamente) das obras não significa que elas acontecerão ou, pelo menos, que acontecerão no tempo exigido. Entretanto, a prefeitura de Belo Horizonte têm buscado recursos junto aos órgãos financiadores para uma efetivação mais rápida das ações propostas no Plano, o que também não é um procedimento rápido e a contento da demanda da comunidade. O problema obviamente persiste.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

Considerando a elaboração dos Planos, utiliza-se como indicador a demanda da comunidade por sua elaboração no Orçamento Participativo do Município. Da mesma forma, considerando sua efetivação, a comunidade de cada núcleo favelizado tem conquistado recursos necessários para a execução de suas ações no OP, garantindo a distribuição racional dos investimentos.

Até o momento, o quadro que tem se configurado, em particular para a administração pública municipal, possibilita diferentes avaliações: de um lado, a avaliação é bastante positiva, o Programa é colocado como um instrumento indispensável para o processo de tomada de decisão pelo poder público, apontando para o fato de que dentro da política municipal de habitação para os assentamentos existentes, dando destaque para a intervenção estrutural. Por outro lado, em função do número de planos já elaboradas e da experiência técnica acumulada, faz-se necessários à realização das revisões na metodologia de elaboração dos planos, no sentido do aprimoramento do processo.

Balanço dos Planos Globais Específicos no Período de 1997 – 2004:

<u> </u>		
Situação	Vilas/Conjuntos	População
Elaborados	50	243.376
Em elaboração	06	6.058
Previstos	30	68.121
Total	86	317.555

Fonte: Diretoria de Planejamento/Divisão de Planejamento-URBEL

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A principal conquista da elaboração dos PGE é dar um salto de qualidade no planejamento e na implementação de intervenções até então produzidas nas vilas e favelas: consideradas isoladas, desarticuladas e pontuais por não

serem precedidas por um planejamento global; através de um sistema baseado no processo de práticas democráticas.

Uma das conseqüências advindas com a adoção do PGE, é que o mesmo vem servindo de base para o trabalho de captação de recursos junto a diversos organismos financeiros nacionais e internacionais para a obtenção de fundos a serem investidos na reestruturação urbanística, ambiental e social dessas áreas carentes. Além disso, pela sua metodologia participativa entre os diversos atores envolvidos no processo, é o mais importante instrumento de definição das intervenções a serem executadas numa determinada área.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Anteriormente, a administração municipal não dispunha de um instrumento de planejamento integrado direcionado às vilas e favelas para servir de diretrizes básicas às intervenções necessárias para promover a urbanização e a inclusão social da população local, quem dirá utilizar como metodologia de planejamento, práticas democráticas.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

O morador (particularmente aquele que participa do GR) sai do lugar da queixa e assume postura de co-construtor da sua comunidade: ele detecta problemas, analisa e propõe soluções, sempre em colaboração com a equipe técnica. Este processo formador e formativo se estende para outros aspectos de sua vida. O impacto sobre a realidade de pobreza (empobrecimento) da população, embora não direto, pode ser somente inferido visto não ser ainda objeto de estudo.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

O principal impacto do Programa é o fortalecimento das ações voltadas à camada de baixa renda e à garantia de gestão participativa na definição sobre a concepção, elaboração e execução das melhorias no seu local de moradia. Nesse sentido, o Programa reafirma em sua proposta a defesa de políticas afirmativas para a redução das desigualdades de gênero e raça, dando ênfase ao atendimento às mulheres chefe de família.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?

O PGE participa pela primeira vez da seleção de premiação/2005 do Programa de Gestão Pública e Cidadania.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

Como instrumento de planejamento a deficiência premente do Plano situa-se nas suas bases de sustentação e viabilização, pela falta de métodos e práticas que possibilitem sua atualização e a ausência de um sistema financiador que garanta uma perspectiva de continuidade.